

coleção PARLAMENTO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
94(469)(03)PIR, N°/3 48415
BIBLIOTECA

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME III: N-Z



FICHA TÉCNICA

Título **Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume III – N-Z**

Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)
Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)
David Luna de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)
Ernesto Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)
Hélder Adegar Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)
Manuel Loff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)
Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)
Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)
Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Coordenação geral

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão e índices Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceição Garvão, Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão Texttype e Ana Rita Charola
Impressão Rainho & Neves, Lda

Tiragem 600 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)
ISBN 978-972-556-559-9 (volume III)
Depósito legal 366 586/13

Lisboa, outubro 2014

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2003, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

ÍNDICE GERAL

Introdução	7
Textos (N-Z)	11
Índices	1155
Índice de textos.....	1157
Índice de autores.....	1163
Índice de entidades.....	1167
Índice de publicações periódicas.....	1189
Índice geográfico	1195
Índice onomástico	1205

PENSAMENTO ECONÓMICO

Em março de 1911, foi aberto concurso para a cadeira de Economia Política da Escola Politécnica de Lisboa. O lugar foi disputado por três candidatos: Afonso Costa, com um ensaio sobre *O problema da emigração*; António Lino Neto, com o trabalho *A questão administrativa – o municipalismo em Portugal*; e António Horta Osório com o estudo *A matemática na economia pura – 1.º volume: a troca*. O esperado vencedor foi Afonso Costa, que então exercia o cargo de ministro da Justiça e Cultos do Governo Provisório saído da revolução republicana de outubro de 1910 e que, ao longo da sua carreira, continuaria a acumular ou intercalar funções políticas e cargos de direção e regência universitária. Independentemente de outros méritos que o seu estudo revelou junto do júri, importa reconhecer que se trata de uma apresentação bem organizada de informação estatística sobre movimentos de emigração desde a década de 1870 na globalidade dos países europeus, com destaque autónomo para Portugal, incluindo ainda comentários e informação adicional sobre remessas, regulamentos e enquadramento legal do fenómeno migratório. O seu estudo não tinha ambições académicas excessivas, conforme o próprio autor e candidato reconhece ao definir o objetivo da sua obra como sendo o de «reduzir a uma breve e incompleta síntese, que constituirá uma espécie de introdução, as doutrinas e os factos, que podem contribuir para projetar luz sobre o movimento migratório da população portuguesa».

O trabalho de Lino Neto, dirigente do Centro Católico Português e autor que mais tarde viria a desempenhar importante papel no ensino da economia política no Instituto Superior de Comércio e, após 1930, na organização do ensino e direção do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, revestia caráter eminentemente histórico-monográfico e era dedicado à valorização da tradição municipalista medieval portuguesa, tendo em vista um processo de reorganização da vida económica e política que, em seu entender, deveria incluir a municipalização de algumas funções do Estado. Não surpreendeu que Lino Neto tivesse sido preterido no concurso. A grande surpresa foi a derrota académica sofrida por António Horta Osório que, humilhado pela perda do lugar, desistiu definitivamente de prosseguir uma carreira universitária que se antevia promissora, a avaliar pela qualidade do trabalho apresentado a concurso. Este episódio do concurso à Escola Politécnica nada tem de especialmente aberrante, atendendo ao caráter político que decisões desta natureza sempre envolvem. Mas creio tratar-se de um episódio simbólico e bem ilustrativo do estado de desenvolvimento da ciência económica em Portugal na primeira década do século XX.

O livro de Osório não é uma obra de criação teórica original. Mas o autor revela conhecimento aprofundado das contribuições de León Walras e de Vilfredo Pareto no domínio da teoria económica do equilíbrio geral, que explica e sintetiza com clareza expositiva. São ainda estes autores da chamada Escola de Lausanne que lhe oferecem enquadramento teórico e metodológico seguro na construção de uma economia pura que privilegiadamente recorre à matemática como modelo de raciocínio, encadeamento de hipóteses e linguagem de exposição de resultados. Para Osório, a economia pura era uma ciência abstrata e de caráter experimental e, à semelhança de outras ciências ditas exatas, deveria aferir o seu caráter científico, não tanto pela utilidade prática dos seus resultados, mas sobretudo pelo rigor da sua lógica formal

interna. Por conseguinte, foi com uma enorme coragem que Osório preveniu os seus leitores, nas palavras de abertura do livro, que «No presente trabalho não se estuda nenhum problema prático, nem se encontra a solução de nenhuma questão concreta. Estudam-se apenas as relações abstratas que ligam os desejos humanos, entre si, e com os obstáculos que se opõem à sua satisfação». À data em que Osório escreve, o auditório que em Portugal poderia compreender o alcance das equações matemáticas da troca ou que poderia ser sensível à representação gráfica de curvas de utilidade e de indiferença como elemento de compreensão do comportamento do consumidor, era, certamente, muito reduzido. Osório destoava, de forma quase radical, do panorama em que se movimentava uma escassa elite académica com acesso ao conhecimento em teoria económica que não poderia compreender, muito menos valorizar, o alcance analítico de um livro que deliberadamente se afastava da resolução dos problemas económicos concretos, que expressamente reivindicava um estatuto de pureza abstrata.

As possibilidades de formação de conhecimento económico avançado estavam largamente condicionadas pela situação do ensino da economia política em ambiente universitário ou politécnico, muito especialmente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (e, a partir de 1913, também na então criada Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) que constituía a principal fonte de recrutamento de membros qualificados da administração pública e de organismos do poder com implicações nas esferas económicas e financeiras. O principal mentor e formador nestas matérias foi J. F. Marnoco e Sousa que, apesar de ter iniciado funções docentes na derradeira década da Monarquia e de não ser republicano convicto, prolongou o seu magistério e a sua influência muito para além de 1910. Com efeito, a sua visão integral e integradora da formação de juristas pressupõe alguns elementos de enquadramento que são fundamentais para a compreensão do ideário republicano. Em primeiro lugar, a ideia de que os fenómenos jurídicos e económicos são fenómenos sociais que podem ser objeto de uma abordagem positiva, tal como ocorre no âmbito das ciências naturais; ou seja, que é possível estabelecer relações de causa e efeito e enunciar leis que traduzem regularidades observáveis. Em segundo lugar, o princípio de que a natureza social dos fenómenos jurídicos e económicos obriga ao seu estudo na perspetiva mais ampla das características do tecido social e das necessidades associadas à sua manutenção ou transformação; ou seja, que o estudo do direito e da economia deve ser entendido enquanto parte integrante do estudo da sociedade. Em terceiro lugar, a defesa específica da economia como a ciência social melhor capacitada para a compreensão do funcionamento dos regimes jurídicos das sociedades modernas, nomeadamente no que se refere ao estudo dos sistemas de propriedade, trabalho, capital, crédito, circulação e tributação.

Face a este ambicioso programa de ação, torna-se compreensível o esforço de Marnoco e Sousa em orientar os seus alunos e os leitores dos seus compêndios num quadro amplo e pluridisciplinar em que os temas económicos e jurídicos se definem através de referenciais de caráter histórico e sociológico. Para além dos objetivos pedagógicos de largo espectro, Marnoco e Sousa visava também inculcar no seu auditório esclarecido o reconhecimento dos inconvenientes dos sistemas políticos e económicos baseados no individualismo e no socialismo, optando pela intermédia solução de um «socialismo de cátedra» em que o Estado deveria ser chamado a desempenhar funções intransmissíveis, enquanto garante da harmonia e do bem-estar social.

Idênticas preocupações de compendiação e sistematização de uma ciência dotada de um sentido normativo que estabelece padrões de bem-estar e justiça social estão presentes na *Economia Política* de Bento Carqueja (5 volumes publicados em 1926), que constitui um arquivo atualizado de conhecimento de temas económicos e sociais, com alguns elementos de enquadramento conceptual, mas evitando terrenos áridos de análise teórica e abstrata. O caso protagonizado por Horta Osório fora mesmo excecional, pelo que este ambiente eclético de formação e divulgação da ciência da economia política ajuda a compreender o resultado do concurso da Escola Politécnica, ganho por Afonso Costa.

A obra de Afonso Costa sobre emigração insere-se e prolonga uma das principais linhas de força do pensamento económico português, quando olhamos para fora do estrito ambiente universitário, que se consubstancia no relevo atribuído à reflexão sobre os problemas de uma «economia nacional» evocada como núcleo de referência e estruturação dos fenómenos económicos observáveis e suscetíveis de medição estatística e de comparação internacional. É nesta mesma tradição que se inscrevem os textos na época produzidos por Constâncio Roque da Costa, que integram séries minuciosas de informação estatística e de noticiário económico e financeiro, quer sobre Portugal, quer sobre outros países com os quais Portugal mantinha relações comerciais mais intensas. O mais importante representante desta tradição foi, sem dúvida, Anselmo de Andrade, último ministro da Fazenda do regime monárquico, mas autor de uma obra que a República soube valorizar e promover. O seu *Portugal Económico* (cuja edição revista e completa data de 1918) é bem ilustrativo dessa preocupação com as potencialidades do território e da população, que antecede o inventário e descrição de recursos naturais, com vista à sua afetação produtiva eficiente e à diminuição da situação de dependência comercial face ao exterior. A preocupação com o estado dos recursos económicos nacionais serve como instrumento de reconhecimento dos problemas para os quais urge soluções, num esforço pragmático que recupera uma outra característica do pensamento económico português – desde, pelo menos, as *Memórias Económicas* da Academia das Ciências de Lisboa, de finais do século XVIII – que consiste em associar aos elementos de diagnóstico projetos concretos de solução, regeneração e fomento. No caso de Anselmo de Andrade, a opção de fomento era claramente centrada no desenvolvimento estratégico da agricultura, setor chave do qual dependeriam os restantes domínios de atividade económica. Para Anselmo de Andrade, o Estado deveria seguir uma política de incentivos e de mobilização de recursos para investimento no setor agrícola, com vista à diminuição dos preços dos bens de primeira necessidade que condicionavam as possibilidades de desenvolvimento da economia no seu conjunto.

Os apelos ao desenvolvimento económico centrado na indústria foram escassos durante a República e não obtiveram repercussão significativa. Um dos estudos de maior relevo foi a monografia e proposta de inquérito sobre o estado da indústria em Portugal de autoria de José Azeredo Perdigão, publicada em 1916, na qual o então jovem aluno do 1.º ano da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa rebatia a condenação que Anselmo de Andrade votara à industrialização portuguesa. No que se refere à promoção do comércio e circuitos de distribuição, saliente-se a missão persuasiva de dois dos mais importantes professores do Instituto Superior do Comércio:

Francisco António Correia, que viria a desempenhar durante escassas semanas (no final de 1920 e início de 1921) o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, e Moses Amizalak, que na fase inicial da sua carreira produziu diversos estudos monográficos sobre portos, bancos e mercados internacionais.

As escolhas agraristas de desenvolvimento económico foram indiscutivelmente as mais relevantes e tiveram neste período um lídimo representante e ideólogo: Ezequiel de Campos. A sua responsabilidade pela pasta da Agricultura (1924) e a autoria de uma proposta não concretizada de Lei de Organização Rural (1925), atestam um empenho em concretizar um programa de fomento rural e de reformismo agrário que mantinha acesa a chama ateadada por Oliveira Martins nas últimas décadas do século XIX. Nos seus diversos escritos dedicados à «questão agrária e agrícola», à «evolução e revolução agrária», Ezequiel dos Campos insiste especialmente na necessidade de uma reestruturação da propriedade fundiária que permitisse um melhor aproveitamento do solo, nomeadamente através de uma reforma do regime de latifúndio no Alentejo. Igualmente importante era o apetrechamento técnico e a criação de infraestruturas que possibilitassem uma mais eficiente articulação entre recursos hídricos (rega e produção energética) e modernização do setor agrícola.

A visão de Ezequiel Campos encontrou eco e conferiu continuidade e coerência temática a múltiplos escritos sobre questões agrícolas produzidos por publicistas republicanos, em conformidade com uma tradição de reflexão que durante a Monarquia fora veiculada de forma consistente como argumento de apelo à necessidade de uma política de regeneração e ressurgimento das melhores capacidades e potencialidades nacionais. Basílio Teles – que não chegou a ocupar a pasta de ministro das Finanças do primeiro governo da República para a qual fora indigitado – foi um dos autores de quem a República ficou largamente tributária, pelo legado das suas propostas de reorganização de uma estrutura agrária em que o peso da propriedade latifundiária teria de ser substancialmente reduzido. Igualmente importante e significativa era a inserção desta e de outras propostas de correção de equilíbrios sociais numa visão global de um país em crise que só a República poderia salvar. Neste sentido, e entre os paladinos divulgadores da ideia republicana em matérias económicas e sociais, cumpre referir o nome de Francisco José Teixeira Bastos que, na última década do século XIX, no rescaldo da bancarrota de 1891, produziu um conjunto significativo de textos destinados a demonstrar a superioridade das soluções a ensaiar por um futuro governo republicano. Em seu entender, a crise profunda que então atingiu a sociedade portuguesa nos seus múltiplos aspetos tinha uma dimensão essencialmente moral, pelo que, fiel ao ideário positivista comtiano, considera que a reorganização económica e financeira pressupunha o restabelecimento da ordem no plano ético e espiritual. A educação cívica e a instrução pública, ou seja, a preparação interior no plano dos valores e do conhecimento, seriam os primeiros passos a dar nessa caminhada que só poderia ser plenamente satisfeita com a própria modificação do regime monárquico constitucional.

Quer isto dizer que os esforços posteriormente desenvolvidos pelos homens da República foram no sentido de recuperar uma tradição de propostas e linhas programáticas cuja realização completa se almejava como consequência natural da mudança de regime. Todavia, importa também reconhecer que a possibilidade efetiva de

cumprimento de um programa pressupunha a existência de uma orientação estratégica inequívoca, o que raras vezes foi observado. Tal lacuna ficou em larga medida a dever-se às pressões orçamentais e às prioridades permanentemente alteradas por uma conjuntura fértil em problemas que exigiam solução imediata. A entrada de Portugal na I Guerra Mundial e as consequências daí decorrentes em matéria de desequilíbrio de finanças públicas, avolumaram as dificuldades de execução de um programa económico minimamente consistente.

Entre a diversidade de temas que suscitaram atenção durante a República, vale ainda a pena destacar a preocupação com a economia e finanças coloniais, revelada em contribuições de Ruy Ulrich e Fernando Emídio da Silva, e a defesa de modalidades complementares de organização do mercado através de práticas cooperativas, conforme sustentada em textos de Raul Tamagnini Barbosa. Porém, foram as questões de ordem orçamental as que acabaram por originar acrescida motivação. Os apelos a uma política de contenção de despesas e de reforma fiscal que garantisse equilíbrio nas contas públicas atravessam diversos escritos da época, sendo merecedores de especial referência as contribuições dadas por Tomás Cabreira e Armindo Monteiro. O primeiro chegou a desempenhar por escassos meses a função de ministro das Finanças, logo após o êxito de equilíbrio orçamental alcançado por Afonso Costa no ano de 1913. Os escritos de Tomás Cabreira são reveladores de um pensamento sólido em matérias económicas e financeiras e de conhecimento seguro da literatura estrangeira sobre princípios de tributação e de organização financeira do Estado. Armindo Monteiro completou o seu doutoramento em 1921 e passaria desde logo a exercer funções docentes na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, juntando-se a Albino Vieira da Rocha e Ruy Ulrich na garantia de continuidade da tradição de ensino da economia política e de finanças públicas iniciado em Coimbra. A obra de Armindo Monteiro sobre o *Orçamento Português*, publicada em 2 volumes, em 1921 e 1924, antecipa os princípios doutrinários orientadores da política de equilíbrio orçamental, mais tarde seguida pelo ministro das Finanças da ditadura instituída em 1926, António Oliveira Salazar. Idêntica defesa intransigente da doutrina de equilíbrio orçamental e de combate ao *deficit* que as despesas de guerra tinham tornado inevitável foi levada a cabo por Armando Marques Guedes, o último ministro das Finanças da República e autor que viria a assumir forte protagonismo doutrinário após a queda do regime.

O autor mais insuspeito de pretender colaboração próxima com a República ou de ambicionar servir um pensamento económico supostamente republicano é, naturalmente, Oliveira Salazar. Mas quando olhamos para o conjunto de textos de âmbito económico e financeiro publicados ao longo dos anos da República, a importância das suas contribuições não oferece margem de contestação. Sucedendo a Marnoco e Sousa na regência das cadeiras de economia política e finanças públicas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1916, Salazar aproveitou bem as obrigações do seu tirocínio académico e deu à estampa dois textos de inegável oportunidade. No primeiro desses ensaios académicos, dedicado à *Questão Cerealífera*, Salazar retoma a questão da «fórmula económica da agricultura portuguesa» para sustentar soluções de reforço da capacidade tecnológica, de reforma do regime de propriedade e de pragmático protecionismo. A importância do abastecimento de cereais

à população portuguesa impedia uma atitude de protecionismo absoluto, e Salazar conhecia as vantagens obtidas no comércio internacional advogadas pelos economistas clássicos e neoclássicos. Sem enveredar por soluções de autossuficiência, considerava, no entanto, viável a aposta em soluções de reforço do progresso tecnológico com forte apoio estatal. Esta mesma matéria do abastecimento de bens alimentares virá a suscitar-lhe uma intervenção política mais explícita e direta em 1918, disponibilizando à República Nova de Sidónio Pais propostas de solução para a crise de subsistências originada pela Grande Guerra.

Mas foi ainda no ano de 1916 que Salazar publicou aquela que é a sua obra académica de maior fôlego e que nos oferece testemunho de uma bem fundada formação em matérias relacionadas com teoria monetária e política cambial. Em *O ágio do Ouro*, Salazar explica a importância da estabilidade cambial como fator de equilíbrio e crescimento económico. Para além de discorrer sobre os fundamentos da teoria quantitativa da moeda e da teoria da balança de pagamentos, a fim de explicar as respetivas implicações em matéria de política monetária e cambial, Salazar analisa a experiência histórica portuguesa e os fatores que originaram a crise financeira e a bancarrota de 1890-1891. Tal estudo aplicado permitiu-lhe insistir em dois tópicos particularmente relevantes na nova conjuntura que em 1916 presenciava: os perigos de manutenção de desequilíbrios persistentes nas contas públicas e na balança de pagamentos e as vantagens de uma política de fomento económico para «desenvolver ao máximo todos os elementos de produtividade e riqueza, que façam de Portugal um definitivo credor do estrangeiro». Assim, para que o ágio do ouro não subisse, para que a estabilidade cambial se mantivesse, o essencial era garantir um ritmo de crescimento económico gerador de saldos credores nas contas internacionais. A conjuntura então vivida não seria certamente propícia a uma eficaz resolução dos problemas económicos e financeiros que afligiam a República. Mas o diagnóstico e soluções preconizadas por Salazar eram, por ironia da História, as que melhor correspondiam ao desiderato republicano.

Bibliografia: ANDRADE, Anselmo de, *Portugal económico e outros escritos económicos e financeiros (1911-1925)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997. Introdução e direção editorial de David Justino (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, n.º 18); CAMPOS, Ezequiel de, *Textos de economia e política agrária e industrial (1918-1944)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1998. Introdução e direção editorial de Fernando Rosas (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, n.º 19); CARDOSO, José Luís (coord.), *Dicionário histórico de economistas portugueses*, Lisboa, Temas e Debates, 2001; OSÓRIO, António Horta, *A matemática na economia pura: a troca (1911)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1996. Introdução e direção editorial de Manuel Farto (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, n.º 12); SALAZAR, António de Oliveira, *O ágio do ouro e outros textos económicos (1916-1918)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997. Introdução e direção editorial de Nuno Valério (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, n.º 16); SOUSA, José Ferreira Marnoco, *Ciência económica (1910)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997. Introdução e direção editorial de Maria de Fátima Brandão (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, n.º 17).